



InfoSNESup 251

Newsletter

ABRIL de 2016 - 1ª quinzena

Sindicato Nacional do Ensino Superior

Associação Sindical de Docentes e Investigadores

SUMÁRIO

PLANO NACIONAL DE REFORMAS:
O ENSINO SUPERIOR E CIÊNCIA

MCTES: SALAS VAZIAS PARA REUNIR

POLÍTICA NACIONAL DE CIÊNCIA ABERTA

REGIME FUNDACIONAL EM DEBATE NA FCT-UNL

SNESup REÚNE COM REITORIA DA UTAD

PROTOCOLOS

DIÁRIO DA REPÚBLICA

EVENTOS

PLANO NACIONAL DE REFORMAS: O ENSINO SUPERIOR E CIÊNCIA

Foi hoje anunciado o novo [Plano Nacional de Reformas](#), que prevê medidas importantes para o Ensino Superior e Ciência. Trata-se de um investimento global de 18 mil milhões de euros, que contempla áreas bastante diversas, num programa de médio prazo, que se articula com o planeamento europeu.

No Ensino Superior e Ciência estão previstas 4 medidas:

- Reforço da atribuição de apoios sociais a estudantes carenciados do Ensino Superior, com uma meta anual de 70.000 bolsas (750M€);
- Promoção de ações de acompanhamento e modernização pedagógica orientada para a redução do abandono escolar no ensino superior, juntamente com a contratação de 100 jovens docentes doutorados pelas instituições de ensino superior (61M€);
- Novos 3.000 contratos de investigador/docente para jovens doutorados, proporcionando o rejuvenescimento das instituições científicas e de ensino superior (606M€);
- Apoiar a formação inicial curta de âmbito superior nos institutos politécnicos, atraindo 20.000 diplomados nos cursos TESP (294M€).

Há várias questões que necessitam de esclarecimento aquando da discussão pública deste plano, esperando por isso que neste quadro nos seja disponibilizado um documento próprio para o Ensino Superior. Destacamos ainda assim duas que nos parecem importantes.

2

A primeira tem a ver com a forma de contratação dos 3.000 jovens doutorados, dado que o investimento de 606 milhões de euros significa um valor de 55.000€/ano por quatro anos. Esperamos que tal signifique que o Governo pensou, e bem, o quadro de contratação, vinculando-o ao ECIC na categoria de Investigador Auxiliar. Contudo, parece manter-se a lógica de contratos-programa de 4 anos, tal como aconteceu nos programas Ciência e Investigador FCT. Ora tal mantém o problema endémico da precariedade do emprego científico em Portugal.

É fundamental perceber que a contratação precária de jovens investigadores é feita de forma continuada, há mais de uma década, com acesso a financiamento europeu. Impõe-se perguntar: - a precariedade científica é um desígnio Europeu? Neste mesmo aspeto parece-nos relevante verificar: - repetidamente os fundos destes projetos são utilizados para manter necessidades permanentes com vínculos precários? Se a Comissão Europeia não faz estas perguntas, nós certamente que as fazemos e talvez alguém as deva levar ao Parlamento Europeu.

Verificamos com pesar a manutenção e agravamento de um problema estrutural de integração dos jovens investigadores, que os mantém dependentes de programas de curto/médio-prazo, sem uma lógica estruturante para o Sistema Tecnológico e Científico Nacional. Tal conduz a ainda maiores vícios na sua articulação com o Ensino

Superior, onde existem sempre interessados em explorar no seu interesse próprio este regime de precariado.

Note-se que estes 3.000 jovens substituem um número igual de docentes/investigadores que se devem reformar em igual período. É a instituição progressiva da precariedade, com repercussões gravíssimas no funcionamento do sistema como um todo.

Claro está que nestas matérias ressalta a visão de curto-prazo em que assenta o nosso sistema, resultante de fracos dirigentes que dão lugar a fracas instituições. Tal reforça apenas a inovação meramente incremental, com resultados concentrados no imediato, trabalho focado nos indicadores, perdendo-se qualquer perspetiva séria sobre o que deve ser um Sistema Nacional de Ciência, Tecnologia, Inovação e Ensino Superior.

Seria justamente num Plano Nacional de Reformas que deveríamos intervir para estruturar o sistema para o longo-prazo, construindo um sistema de Ciência e Ensino Superior que deixe de estar assente nestes propósitos.

Surpreendente ainda, é o valor por doutorado do objetivo de contratação de 100 docentes para ações de acompanhamento e modernização pedagógica orientada para a redução do abandono escolar, que se situa em 152.500€/ano por docente. É a criação de uma bitola deveras interessante para a remuneração de docentes no ensino superior. Esperamos que tal se efetive para todos.

Claramente, há várias matérias para serem melhor esclarecidas para que se possa efetivamente falar de um plano nacional de reformas no Ensino Superior e Ciência.

MCTES: SALAS VAZIAS PARA REUNIR

O regresso de um Ministério para a Ciência, Tecnologia e Ensino Superior foi encarado com esperança. A ideia de aposta no Ensino Superior e Ciência foi, obviamente, bem recebida. A [primeira reunião](#) com a nova equipa prometia um virar de página, com uma visão de diálogo e abertura que antevia algo de diferente.

As declarações sobre a flexibilização do emprego científico deveriam ter dado lugar a uma conversa que pudesse limar falhas de comunicação, ativando os grupos de trabalho com a participação dos interessados, numa lógica diferente e capacitante. Tal não aconteceu até ao momento e isso significa mais erros que dão azo a mais problemas.

O trabalho sobre o [Orçamento do Estado para 2016](#) e [Resolução relativa aos Regimes Transitórios](#) demonstrou que existe espaço político para o diálogo no Parlamento. Infelizmente, esse foi um diálogo em que o MCTES nunca esteve presente.

É tempo de parar de construir muros nas Laranjeiras. Haverá seguramente salas vazias para reunir e construir.

Estamos a caminhar para o final de abril e passou já um mês desde a aprovação da Resolução sobre os Regimes Transitórios e a Precariedade. É preciso dar desenvolvimento ao trabalho já realizado. Seria mau verificar mais uma vez que o MCTES não tem a iniciativa de resolver os problemas, ou que não compreende a situação dos Colegas e do Ensino Superior e da Ciência. O tempo está a esgotar-se.

A contratação dos investigadores merece uma atenção redobrada, porque pode significar um problema maior, quando 60% da investigação é realizada de forma precária. A capacidade de integrar os Colegas no sistema, de uma forma digna, com estabilidade e reconhecimento, é fundamental.

A carreira está estrangulada, como o demonstra a quantidade de Professores Auxiliares e Adjuntos com Agregação. A sua gestão tem vindo a ser feita num sistema que se encontra demasiado dependente de redes que são uma extensão e reforço do poder de reitores e presidentes. Não admira por isso que surjam cada vez mais iniciativas que colocam em questão os concursos e o processo de gestão das carreiras. É urgente intervir também sobre esta matéria.

O regime fundacional surge como ideia de aluno que quer copiar os outros, mas não sabe bem o que faz. A falência de algumas Fundações, que já está a acontecer na nossa Administração Pública, é um sinal do erro que se está a alimentar. O reforço dos poderes dos reitores é acolhido com enorme agrado por estes, significando apenas a intensificação das suas redes. Decidir com base no interesse próprio de alguns, prejudicando todos os demais, é um erro enorme sendo mais grave se for cometido por um Governo que se diz comprometido com o combate às desigualdades. Todas as experiências até agora demonstraram o pior e em nada resolveram o problema do financiamento. Aliás, basta olhar para os números dos relatórios das organizações internacionais para perceber que até agora o desinvestimento do Estado tem significado um aumento de imposto indireto às famílias, através delas próprias, sendo que um conjunto de forças-vivas se senta nos Conselhos Gerais retirando ainda mais benefícios.

Como se vê há muitas matérias para analisar e trabalhar. Haja vontade do MCTES.

POLÍTICA NACIONAL DE CIÊNCIA ABERTA

Foi aprovada recentemente a [Resolução do Conselho de Ministros 21/2016](#) que define os princípios orientadores para a implementação de uma Política Nacional de Ciência Aberta.

Trata-se de uma medida significativa em relação à construção de um espaço de investigação que não esteja estrangulado por políticas editoriais fechadas, num sinal importante sobre o que deve ser o serviço público. É também algo essencial para a construção e dinamização de sistemas de inovação mais capazes.

A questão da Ciência Aberta é necessária, não só pela matéria da circulação da informação, onde os repositórios ganham particular importância, mas igualmente pela introdução de lógicas de responsabilidade que são também elas abertas e inclusivas, assentes na capacidade de resposta e na participação. É importante que se possam recuperar iniciativas que deram resultados no processo de inclusão em Ciência e Cidadania. A relação das instituições com o meio passa também por aqui. Exemplos como o [dinamarquês DBT](#), ou o [suíço TA-SWISS](#), podem dar frutos, incluindo uma maior implementação de conferências de cidadãos, estratégias de mediação e outros mecanismos que importa realizar.

Uma Política Nacional de Ciência Aberta é também sinal de mentes mais desenvoltas. Definitivamente, é algo que o MCTES deve incentivar e no qual deve envolver a comunidade e os parceiros sociais como o SNESup.

REGIME FUNDACIONAL EM DEBATE NA FCT-UNL, 18 DE ABRIL

O SNESup organizou, na tarde da passada segunda-feira 18 de abril, uma sessão de esclarecimento na Faculdade de Ciências e Tecnologia da Universidade Nova de Lisboa (FCT-UNL) sobre o Regime Fundacional e a possibilidade de esta universidade vir a adotar este Regime.

A sessão foi bastante participada, tendo estado igualmente presentes Colegas de outras Unidades Orgânicas da UNL. Foi possível escutar o testemunho de Colegas de outras Universidades que possuem já experiência com este modelo (nomeadamente, Porto e ISCTE-IUL), bem como ter uma visão mais jurídica sobre esta matéria que foi apresentada pelo advogado Dr. Guilherme Ribeiro de Almeida.

5

Este processo está longe de ser pacífico, tal como não o foi na Universidade do Minho (UM) – talvez muitos Colegas não saibam da existência de dois referendos realizados por iniciativa dos membros de duas unidades orgânicas da UM, em que em ambos foi rejeitada a passagem a fundação. A resistência a ratificar em referendo esta passagem demonstra a falta de democraticidade em que assentam estes processos.

Na UNL está a correr uma petição que recolheu já mais de 300 assinaturas em oposição a esta passagem. Isto, num clima nem sempre fácil, feito de várias pressões.

Os problemas do modelo fundacional são evidentes e passam pela extensão e reforço dos poderes dos reitores; visão orientada para o mercado; degradação de condições de trabalho com maior propensão a situações de pressão e assédio; flexibilização das contratações; desvalorização salarial e aumento de desigualdades. Estes foram aliás alguns dos problemas abordados na sessão que ocorreu esta segunda-feira.

Nesta sessão ficou também claro que não se verificaram benefícios financeiros noutras instituições que demonstrem que este modelo é mais eficaz que o anterior, nem qualquer vantagem administrativa, como aliás se demonstrou na aplicação da Lei dos Compromissos ou nas cativações pela DGO.

A sessão teve, sobretudo, um carácter informativo, sendo a questão analisada em conjunto com as recomendações da OCDE e demais organizações internacionais, tornando-se evidente o papel que estas detêm nas alterações ao financiamento do Ensino Superior.

Tendo em conta o pedido de alguns Colegas, estamos a considerar organizar em breve uma sessão na FCSH-UNL sobre esta mesma matéria.

SNESup REÚNE COM REITORIA DA UTAD

O SNESup reuniu com a reitoria da UTAD no passado dia 13 de abril a propósito da negociação da [Proposta de Regulamento de Contratação de Pessoal Docente Especialmente Contratado](#) desta Universidade. [O SNESup teve ocasião de apresentar a sua posição e as suas propostas](#), sendo particularmente incisivo na questão do respeito pelo ECDU e ECPDESP e relação da proporcionalidade das cargas letivas com a percentagem de contratação a tempo parcial.

É inaceitável qualquer desvalorização do trabalho dos Colegas. Percebemos que, mais uma vez, se trata de um sinal do subfinanciamento das instituições, em particular daquelas que operam em contextos mais difíceis. Esta degradação é a do sistema como um todo. Se começamos nós por desvalorizar os Colegas e o trabalho nas instituições, não nos devemos admirar que a sociedade responda de forma idêntica.

6

Verificámos abertura da UTAD na negociação deste documento, com o acolhimento de várias das nossas propostas.

Pudemos também recuperar trabalho sobre outras questões, nomeadamente, as Comissões Paritárias, por forma a resolver questões pendentes.

PROTOCOLOS

Foi celebrado protocolo entre o SNESup e a [Creche Salpicos de Alegria](#). São beneficiários os sócios do SNESup e respetivo agregado familiar direto. Os benefícios são: 50% de desconto na primeira inscrição; 50% nas renovações de inscrição; 15% na mensalidade do 1.º filho; 20% de desconto na mensalidade do 2.º filho e outros.

A Salpicos de Alegria situa-se Rua Embaixador Martins Janeira 9A Quinta Lambert 1750-097 Lisboa.

Encontra na secção [“Inscrição e Benefícios”](#) todas as vantagens de se associar ao SNESup.

DIÁRIO DA REPÚBLICA

[Despacho \(Extrato\) n.º 5141/2016 - D.R. n.º 74/2016, Série II de 2016-04-15](#)

- Defesa Nacional - Marinha - Escola Naval

Regulamento de Prestação de Serviço dos Docentes da Escola Naval

[Regulamento n.º 376/2016 - D.R. n.º 72/2016, Série II de 2016-04-13](#)

- ISCTE - Instituto Universitário de Lisboa

Regulamento de Propinas do ISCTE - Instituto Universitário de Lisboa

[Despacho n.º 5050/2016 - D.R. n.º 72/2016, Série II de 2016-04-13](#)

- Instituto Politécnico do Porto

Regulamento de Prestação de Serviço dos Docentes do Instituto Politécnico do Porto

[Despacho n.º 5051/2016 - D.R. n.º 72/2016, Série II de 2016-04-13](#)

- Instituto Politécnico do Porto

Alteração do Regulamento Específico de Avaliação de Desempenho dos Docentes da ESE, publicado no Diário da República, 2.ª série, n.º 58, de 23 de março de 2016

[Resolução do Conselho de Ministros n.º 21/2016 – D.R. n.º 70/2016, Série I de 2016-04-11](#)

- Presidência do Conselho de Ministros

Define os princípios orientadores para a implementação de uma Política Nacional de Ciência Aberta

[Despacho n.º 4861/2016 - D.R. n.º 70/2016, Série II de 2016-04-11](#)

- Universidade Aberta

Regulamento de Avaliação, Classificação, Qualificação e Certificação da Universidade Aberta

[Regulamento n.º 361/2016 – D.R. n.º 67/2016, Série II de 2016-04-06](#)

- Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro

Estatutos do Centro de Estudos Transdisciplinares para o Desenvolvimento

[Regulamento n.º 354/2016 – D.R. n.º 66/2016, Série II de 2016-04-05](#)

- Universidade da Madeira

Regulamento da Escola Superior de Saúde da Universidade da Madeira

[Aviso n.º 4458/2016 - D.R. n.º 64/2016, Série II de 2016-04-01](#)

- Universidade de Aveiro

Consulta Pública - Estatutos da Universidade de Aveiro

EVENTOS

CALL FOR PAPERS/ABSTRACTS

[Legacies of the Tricontinental, 1966 - 2016: Imperialism, Resistance, Law](#)

22 a 24 de setembro, Coimbra

Data limite: 1 de maio

2.ª Conferência Internacional (CISPEE2016) “(Re)Pensar a Educação Superior de Engenharia”

19 a 21 de outubro, UTAD, Vila Real

Data limite: 22 de maio

Conferência internacional – “Europa e Refugiados: Política e Práticas”

19 e 20 de outubro, Instituto de História Contemporânea, IHC-UNL, CEME-UNED

Data limite: 27 de maio

RABAN 2016 - 7th International Workshop on Recent Advances in Broadband Access Networks

18 a 20 de outubro, Instituto Superior Técnico – Universidade de Lisboa

Data limite: 10 de junho

ICUMT 2016 – The 8th International Congress on Ultra Modern Telecommunications and Control Systems

18 a 20 de outubro, Instituto Superior Técnico – Universidade de Lisboa

Data limite: 10 de junho

OUTROS EVENTOS

Ciclo de Mesas Redondas - A APREN e as Universidades. “As perspetivas e impacto da Energia Solar na economia portuguesa”

3 de maio, ISEL - Instituto Superior de Engenharia de Lisboa

Eurographics

9 a 13 de maio, Lisboa. Feira Internacional de Lisboa

5º Congresso Internacional EFCAP - “Mental health needs of young offenders and victims: Assessment, intervention and legal issues”

11 a 13 de maio de 2016, Porto, Faculdade de Medicina, Universidade do Porto

Seminário - A Cultura Motora na escola do 1º CEB

4 de junho, Departamento de Educação e Psicologia – Universidade de Aveiro

Conferência Internacional - Música e Mobilidade Humana - Redefinindo Comunidade em Contexto Intercultural

7 a 9 junho, Instituto de Etnomusicologia - Centro de Estudos em Música e Dança, (FCSH/NOVA) e Academia da Força Aérea Henri Coanda da Roménia

Conferência Internacional - Canção de Protesto e Mudança Social

15 a 17 de junho, Instituto de Etnomusicologia - Centro de Estudos em Música e Dança e pelo Instituto de História Contemporânea, FCSH-UNL e Câmara Municipal de Grândola

3rd International Conference on Project Evaluation

16 e 17 de junho de 2016, Universidade do Minho, Guimarães

119th European Study Group with Industry (ESGI)

27 junho a 1 de julho, Instituto Politécnico do Porto

KISMIF International Conference "DIY Cultures, Spaces and Places"

18-21 de julho, Porto

KISMIF Summer School "Mappin' Your Own Underground!"

22 de julho, FLUP-Porto

2º Congresso Internacional de História da Construção Luso-Brasileira - 'Culturas Partilhadas'.

14 a 16 de setembro, Faculdade de Arquitetura da Universidade do Porto

PRO-VE 2016 : 17th IFIP/Socolnet Working Conference on Virtual Enterprises

3 a 5 de outubro, Porto

CENTERIS - Conference on ENTERprise Information Systems

5 a 7 de outubro, Porto.

Sindicato Nacional do Ensino Superior

Associação Sindical de Docentes e Investigadores

www.snesup.pt

Av. 5 de Outubro, 104, 4º - 1050-060 LISBOA - Telefone 217 995 660 - snesup@snesup.pt

Pr. Mouzinho Albuquerque, 60, 1º - 4100-357 PORTO - Telefone 225 430 542 - snesup.porto@snesup.pt

Rua do Teodoro, 8 - 3030-173 COIMBRA - Telefone 239 781 920 - snesup.coimbra@snesup.pt

The logo for SNESup features the text "SNESup" in a serif font, with a blue square icon to its right. The background of the logo area consists of a pattern of overlapping, semi-transparent blue and white geometric shapes, primarily triangles and squares, creating a modern, abstract design.